

OS ANOS TRINTA*

Marco Aurélio NOGUEIRA**

RESUMO: Redigido em tom levemente ensaístico, o presente texto pretende recuperar os Anos Trinta como momento privilegiado da história brasileira, em que se combinam e se integram tradição e modernização, passado e presente, num processo capitaneado pelo Estado e moderador da participação popular.

UNITERMOS: Estado, "Estado Novo", transição, modernização conservadora.

Inaugurada de fato em outubro de 1930 por um movimento revolucionário que depôs o presidente constitucional e deu início à longa era de Vargas, a década iniciada naquele conturbado ano foi um dos períodos mais emblemáticos da história da República no Brasil. Nela, de maneira quase perfeita, reafirmou-se a particular forma de desenvolvimento que o capitalismo tem encontrado no Brasil, caracterizada pela ausência de rupturas claras com as relações sociais, as concepções e os interesses legados pelo passado. Uma década "prussiana", também seria possível dizer, em que uma modernização capitalista de talhe abertamente conservador, feita "pelo alto" e "passivamente", reforçou ao extremo a presença estatal na sociedade, impôs séria derrota à democracia política e jogou o País, sete anos depois da chegada ao governo do movimento de 1930, numa das mais perversas ditaduras de sua trajetória republicana: o "Estado Novo" (1937-1945).

Vistos em conjunto, os anos Trinta foram determinados pelos esforços para viabilizar um novo sistema de poder, fundado no compromisso inter-elites de industrializar o País sob o comando do Estado e à base da incorporação subordinada das massas urbanas emergentes. Representaram assim um *momento de síntese*, no qual se completaram e ganharam redefinição os conflitos e contradições que desde a Primeira Guerra Mundial acompanhavam o desenvolvimento da civilização urbano-industrial no Brasil e o esgotamento do antigo sistema oligárquico, agroexportador, nascido com a proclamação da República em 1889. Embora "restaurando" o passado – vale dizer, o latifúndio, a miséria, a dependência, o autoritarismo –, aqueles foram anos de mudança, de desenvolvimento, de contato mais profundo com a modernidade da indústria, da ciência, do capitalismo. Exatamente por isso, foram ricos em turbulência institucional, agitação política e efervescência cultural. Até mesmo no que representaram de reprodu-

* Uma primeira versão deste texto foi apresentada no seminário "Cultura e Sociedade nas Américas dos anos 30" (Universit  di Roma, maio de 1985) e publicada em Gabriella Ferrugia, Paola Ledda e Dario Puccini (org.), *Americhe Amare*. Quaderni di Letterature d'America. Roma, Bulzoni Editore, 1987, p. 107-115.

** Departamento de Antropologia, Política e Filosofia – Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educa o – UNESP – 14800 – Araraquara – SP.

ção das estruturas que se queria superar, suas realizações e promessas não se circunscreveriam nos limites temporais daqueles dez curtos anos, mas se espalhariam pelas décadas ulteriores: organizariam a vida nacional durante o vintênio iniciado com a redemocratização de 1945 e balizariam muito da institucionalidade e da conduta política do regime ditatorial instalado com o golpe militar de 1964, deixando uma complexa herança para o País que, hoje, volta (precariedade) a se encontrar com a democracia. Afinal, entre outras coisas, foi naquela conturbada década que se organizou a estrutura sindical brasileira – corporativista, subordinada ao Estado e despolitizadora – e se delineou uma política de massas fundada no paternalismo estatal (o “populismo”), que tanta importância teria nos movimentos posteriores do capitalismo e da classe operária no Brasil.

Representando um privilegiado momento da reorganização urbano-industrial e da luta democrática no Brasil, a década de 30 conteve em si a tentativa de atualizar a modernidade prometida pela República de 1889 e parcialmente comprometida pelo sistema de dominação que então se estruturou.

De fato, nascida de um golpe militar em novembro de 1889, a República havia trazido consigo a promessa de democratizar e moralizar a vida pública, ordenar um sistema jurídico-político baseado na federação e modernizar a economia através do estímulo à industrialização. Entretanto, as reais condições do País não facilitaram nem favoreceram a reorganização republicana: diante do novo regime, ergueu-se como obstáculo a própria sociedade legada por três séculos de colonização e pelo autocratismo conciliador do regime monárquico constituído após a obtenção da Independência em 1822. Na verdade, ao aproximar-se o final do século, o Brasil era uma sociedade na qual, dizia Tobias Barreto, “o que havia de organizado era o Estado, não a nação”, posto que imersa num processo de desenvolvimento que se fizera através de conciliações de cúpula articuladas pelo velho latifúndio escravista, que evidentemente sobrevivera (algo modernizado, ao menos no que tange ao regime de trabalho) à abolição de 1888. Em decorrência, o País ficara como que entregue à prevalência unilateral do Executivo, dominado por um sistema político enrijecido, burocratizado e incapaz de responder aos movimentos da economia e da sociedade*. A República acabou por receber todo o impacto desta situação: não pôde contar com qualquer sustentação popular, foi proclamada pelo exército e acabou monopolizada, após uma curta fase “jacobina” e militar, pela ultra-moderada (e civilista) fração cafeira da grande burguesia agrária.

Deixando em segundo plano a construção da democracia e atenuando drasticamente seu reformismo, o novo regime rapidamente reagrupou os setores dominantes e consolidou a hegemonia do latifúndio. Organizou-se à base de um jogo político regionalista, oligárquico e excludente que não só reproduziria o fosso entre povo e Estado, como deformaria a representação e descaracterizaria a federação. Apenas nominalmente seria um sistema civil e democrático: na verdade, enraizou-se num localismo mandonista e em práticas clientelísticas autoritárias, desinteressadas da cidadania e distantes da idéia mesma de República.

Nas quatro décadas que separam o fim da Monarquia (1889) e a Revolução de 1930, o Brasil conhecerá um tumultuado e irregular processo de expansão capitalista. A supremacia da burguesia agrária (em especial a de São Paulo) manterá o País voltado para a produção de matérias-primas e alimentos destinados ao mercado externo, fazendo com que o café viva uma

* Parece-me estar nesse fato um dos principais estimuladores da crise política do Império e da derrocada da Monarquia. No entanto, também está aí a base dos movimentos posteriores da formação social brasileira, como procuro observar a seguir. A respeito da crise política do Império, remeto a Nogueira (5), particularmente cap. I.

verdadeira fase de glória e deixe em posição subordinada os demais ramos da economia. Apenas de maneira incipiente a indústria avançará além dos padrões já alcançados no último período do século XIX. Verdade que durante os anos Vinte (e mesmo antes) criam-se condições internas – materiais e subjetivas – favoráveis à industrialização, mas essa, para explodir, precisava também de um estímulo externo, que apenas viria às vésperas de 1930.

Seja como for, com o melhor delineamento da vida urbana e da indústria e a conseqüente potencialização dos conflitos e contradições sociais, a velha República oligárquica começará a conhecer sua crise, a mostrar-se despreparada para enfrentar e controlar a nova fase que então se abrirá. Será amplamente contestada. A incômoda modernidade aparecerá nas greves operárias de 1917-1918 no Rio de Janeiro e em São Paulo, que se fazem acompanhar de um salto de qualidade na organização e na consciência dos trabalhadores. De maneira ainda mais evidente, aparecerá com toda a força no simbólico ano de 1922: nele, no espaço de poucos meses, será fundado o Partido Comunista Brasileiro (PCB) – primeiro partido operário criado no País – , realizar-se-á a Semana da Arte Moderna e terá início o ciclo das revoltas lideradas pela jovem oficialidade militar (o “tenentismo”). Todas são manifestações que confluem para um mesmo objetivo: denunciar e combater a velha ordem oligárquica, sua política econômica e trabalhista, suas práticas corruptas e clientelísticas, os hábitos mentais e a cultura que com ela se identificavam. Combinando-se com o avanço da crise mundial do capitalismo (1929) e com o agravamento das dissidências entre as oligarquias regionais, acabarão por levar o País à Revolução de 1930.

Rompe-se assim quadro sócio-político no qual se realizava a dominação da fração cafeeira da grande burguesia agrária, que é forçada a ceder espaço para um heterogêneo bloco de forças impulsionado pelo projeto de industrializar o País e substituir as importações. O movimento revolucionário vitorioso desencadeia uma onda de entusiasmo modernizante e renovação, fazendo com que a sociedade conheça uma fase de experimentação, instabilidade e efervescência.

A ilustrar com clareza as inflexões mais significativas do processo assim inaugurado, o Brasil conhecerá então duas Constituições: uma, em 1934, elaborada por uma Assembléia Nacional e inspirada em procedimentos da República de Weimar, e outra, em 1937, imposta arbitrariamente pelo poder e calcada na carta constitucional da Polônia fascista. Além do mais, vivenciará uma curta mas dramática guerra civil (1932) provocada pela reação da classe dirigente de São Paulo à nova política inaugurada em 1930, vibrará com a ascensão de um empolgante movimento de massas (a Aliança Nacional Libertadora, 1935) e permanecerá praticamente indiferente a duas tentativas de insurreição armada – uma de inspiração comunista (1935), outra de tendência fascista (1938). Da mesma forma, a indicar a força da modernização que se impunha desde a década anterior, o País apreciará a emergência política das classes subalternas e a conversão da *questão social* (até então tratada como “caso de polícia”) em problema político-estatal; com isso, entrará em contato com os primeiros grandes sindicatos de massa e com os primeiros esboços mais consistentes de uma legislação trabalhista compatível com os novos tempos.

No plano imediatamente cultural, também serão significativas as novidades*. Em São Paulo, surgirá a primeira faculdade de Ciências Sociais da América Latina (a Escola de Sociologia e

* Como se sabe, a questão cultural reveste-se de importância decisiva para a análise do período, especialmente quando considerada da perspectiva da situação e do papel da intelectualidade. Na história brasileira, talvez esse tenha sido o momento em que as relações entre os intelectuais e o Estado atingiram maior complexidade. A respeito, ver Candido (1) e Lippi (3).

Política, 1933) e será organizada a primeira grande universidade brasileira (a Universidade de São Paulo, 1934), ambas destinadas à capacitação em bases técnico-científicas (e não mais “bacharelescas”, como antes) das novas “elites” dirigentes. Por todo o País, à esquerda e à direita, processa-se um realinhamento da intelectualidade, que se volta claramente para o novo Brasil que surgia, disposta a auxiliá-lo na busca de uma identidade nacional. Nas ciências, nas artes e na literatura, os resultados são numerosos: estarão presentes na nova historiografia de Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda, Nelson Werneck Sodr e e Oliveira Vianna; na música de Villa-Lobos; na pintura de Portinari; nos romances de Mario de Andrade, de Oswald de Andrade, Graciliano Ramos, Jorge Amado e Jos e Lins do Rego; na escola de An sio Teixeira. Regra geral, os problemas do País passarão a ser examinados com critérios mais “pragmáticos”, muitas vezes   base de uma confusa visão anticapitalista e quase sempre com a preocupa o “organicista” de unificar e integrar a na o, de romper a exclusão oligárquica de antes, de organizar e dar coesão ao novo ser social que surgia. Não por acaso, as idéias de socialismo, revolu o, classe trabalhadora, pátria, progresso – cujo vigor já se mostrara na década anterior – tenderão a se incorporar com maior nitidez aos discursos políticos e ao imaginário popular, deslocando as ing nuas concep es de antes. Também não será por acaso que o campo das lutas ideológicas terá sua organiza o determinada pela disputa entre comunismo e “integralismo”: embora qualitativamente diversas e referidas a distintos agentes sociais, ambas eram doutrinas que se afirmavam no combate ao individualismo “burgu es” e   “democracia liberal” (que, naquele momento, no Brasil e no mundo, não gozavam de boa saúde).

Na realidade material, na política e nas mentes, o Brasil mudava. No entanto, em certa medida, continuava o mesmo: a democracia não avançava, as massas permaneciam   margem das decisões e os seculares problemas nacionais – miséria, concentra o da propriedade agrária, dependência externa, estatolatria, profunda desigualdade regional e social – restavam intocados ou eram dramaticamente agravados. O confronto entre duas épocas – a da velha República latifundiária dos “coroneis” e a do novo País da indústria e dos trabalhadores –, embora dinamizasse a sociedade e exigisse uma redefini o do sistema de poder, não se conclua com a elimina o radical de seu p lo mais “atrasado”: mais uma vez seria encontrado um compromisso, um acordo mediado pelo Estado entre as velhas e as novas elites. Símbolos máximos da sociedade oligárquica, o “coronelismo” e o latifúndio sobreviveriam, levemente camuflados mas sempre em posi o de fôrça, na nova ordem que se consolida. A moderniza o se fará em termos conservadores, sem romper com a tendência “passiva” e “restauradora” que desde sempre a acompanhara. (Para a discussão desse ponto, ver Martins, 4).

Compreende-se que assim tenha sido. A emergente sociedade urbano-industrial era heterog nea e fragmentada demais para promover uma verdadeira revolu o no País. Não dispunha de uma classe ou de um partido capaz de unific -la e dirigi-la politicamente; aliás, sequer existia uma burguesia industrial com perfil definido, em condi es de disputar a hegemonia e desenhar um sistema político sob seu comando e controle. Desorganizada por décadas de desenvolvimento “prussiano” e tendo que enfrentar, simultaneamente, o predomínio sufocante de um latifúndio secular e a competi o de um capitalismo internacional já plenamente constituído, essa burguesia foi obrigada não são a conciliar com a estrutura agrária predominante como a buscar refúgio no protecionismo estatal. Aderiu subordinadamente   ordem oligárquica instituída em 1891, pois ela, paradoxalmente, lhe oferecia a indispensável estabilidade política para realizar sua acumula o. Em decorrência, não chegou a se formar como “classe revolucionária”, nem jamais apresentou um projeto claramente industrializante, antiagrarista e democrático. Por isso, quando em 1930 a crise inviabilizou a domina o oligárquica agroexportadora, não foi a burguesia industrial que emergiu como classe dirigente, mas as fra es agrárias não vincula-

das às atividades de exportação: serão essas, de fato, que dirigem o descontentamento das classes médias e dos trabalhadores e assumem a liderança da contestação. O liberalismo, já abalado pela ascensão do nazi-fascismo e pela crise de 1929, ficará então sem base social para se organizar, seja como concepção do mundo, seja como forma do Estado.

É exatamente neste aspecto que os anos Trinta são emblemáticos na história brasileira. Neles a industrialização irá ganhar impulso não graças à organização em nível superior da sociedade civil, ou à virulência dos conflitos urbanos, nem à autonomização política de uma classe burguesa industrial, mas sim graças à regulação estatal e ao impacto da nova situação econômica mundial. Será de fato um Estado alargado e extremamente fortalecido que aproveitará a conjuntura aberta com a crise de 29 para dirigir a modernização e organizar a sociedade civil, bloqueando sua livre manifestação e apropriando-se do que havia de mais dinâmico nela – um Estado não apenas garantidor da ordem capitalista, mas ativo e empreendedor, posto que participe direto do próprio sistema de produção e acumulação. O movimento operário, a efervescência cultural, o associativismo e a vida partidária – em expansão desde os anos Vinte – passarão a sofrer o cerceamento e a direção de um Estado modernizador mas autoritário, industrializante mas conciliador com os interesses agrários, expressão viva de uma coalizão entre velhas e novas “elites” que se apoiará no rígido controle das classes subalternas.

Assim, a industrialização ganhará um certo impulso mas não perderá seu caráter dependente nem ingressará no terreno da produção de base (maquinaria e tecnologia); a legislação trabalhista e social será implantada mas trará consigo dispositivos legais cerceadores da ação sindical (como a “lei de greve”) e o paternalismo desmobilizador do Estado; o velho sistema oligárquico de dominação acabará derrotado mas não será substituído por um regime democrático, e sim por uma articulação elitista administrada por um Estado autoritário e corporativista que, através da violência e da cooptação, submeterá a sociedade a si e assumirá feições fortemente “bonapartistas”. Em suma, a nova sociedade (bem como o movimento político que a representava) terminará por alienar-se no Estado e entregar a ele a sua própria organização e direção. A *República Nova* prometida pelos revolucionários de 1930 irá se transfigurar no *Estado Novo* de 1937.

Modernizando-se conservadoramente e “pelo alto”, o Brasil ingressará em fase propriamente capitalista-industrial com uma frágil sociedade civil e sem democracia, destituído de um pensamento liberal-democrático consistente e sem um movimento operário organizado com autonomia e consciência de si. Terá, ao contrário, que conviver com o *autoritarismo*, o *elitismo* e o *golpismo* derivados do próprio processo de formação da nacionalidade. Aliás, será em boa medida sobre este tripé que se organizará a vida política e ideológica dos anos Trinta. De uma ou outra forma, todos os seus eventos e realizações mais importantes estarão carregados de influências golpistas, elitistas e autoritárias: a Revolução de 30, a luta civilista de São Paulo em 32, a derradeira fase do “tenentismo” entre 30 e 34, o levante comunista de 35, o golpe do “Estado Novo” de 37, a agitação fascista do “integralismo”, assim como a estrutura sindical, a ordenação institucional e o pensamento político. Todos os agentes, de uma ou outra maneira, viverão a ilusão de substituir a sociedade, antecipar-se a ela, criá-la de cima para baixo ou pura e simplesmente neutralizá-la através da integração subordinada ao Estado. Talvez com a importante mas efêmera exceção da Aliança Nacional Libertadora, todas as iniciativas políticas acabarão por ser tentativas de impor modificações radicais por meio da ação de minorias “iluminadas” e apenas terão com resultado o congestionamento do Estado e o retardamento da organização autônoma das massas e da sociedade civil. Desse clima geral não escapará nem mesmo a parcela melhor implantada da esquerda (o Partido Comunista Brasileiro), que aliás chegará aos dias de hoje sem ajustar as contas com um passado que, perversamente, combi-

nou a tragédia do stalinismo e a rígida tradição organizativa derivada da Terceira Internacional com o golpismo e o autoritarismo típicos da revolução burguesa brasileira*.

Por isso tudo, os anos Trinta são um decisivo ponto de referência na história do Brasil moderno. Seu legado não é apenas econômico-social (a indústria, a classe operária, a modernização capitalista) ou político (o "populismo", o sindicalismo, o golpismo, o paternalismo autoritário do Estado), mas também *simbólico*: neles está inscrita uma promessa – a *promessa da República* – que fez a fortuna de um movimento revolucionário e terminou frustrada por uma ditadura. Não deve portanto surpreender que hoje, após duas décadas de autoritarismo e violência institucionalizada (e também de modernização capitalista acelerada), seja exatamente a imagem de uma *Nova República* a que melhor expresse o desafio brasileiro de construir e viabilizar a democracia.

Para concluir, uma pequena observação. É fora de dúvida que o clima ideológico e a conjuntura internacionais repercutiram com grande intensidade no Brasil dos anos Trinta. Afinal, tratava-se de um país que durante séculos aprendera a ser receptivo aos valores europeus e que, naquele exato momento, incorporava-se com maior firmeza ao sistema mundial do capitalismo (tornando-se assim ainda mais sensível às suas tendências e inflexões). Sem poder considerar em detalhe este fascinante e complexo tema das conexões entre as tendências que acompanharam a reorganização monopolista do capitalismo mundial (Estado social, fascismo, crise do liberalismo) e a nova situação inaugurada pela Revolução de 30, creio ser necessário frisar que, naquela década, o Brasil "imitou" o mundo, acompanhou uma sua tendência e absorveu suas "novidades".

Não se tratou, entretanto, de uma "imitação" passiva. Em primeiro lugar, porque o País aprofundava sua inserção no sistema capitalista de maneira "criativa", aproveitando a crise mundial para impulsionar sua própria industrialização e redefinir sua organização política interna. Depois, porque teria que *adaptar* (e em boa medida recriar) os valores e as idéias que se impõem mundialmente: a singular realidade brasileira em muitos aspectos escapava à "racionalidade formal" das doutrinas européias. Nada, no Brasil, assumiria a forma "clássica". Seria assim, por exemplo, com o "integralismo", que copiaria a coreografia e muito da fraseologia do fascismo italiano mas, à diferença deste, seria antiindustrializante e regressista. Da mesma maneira, o "Estado Novo" instituído por Vargas em 1937 seria antiliberal e hostil ao socialismo, transcreveria a "Carta del Lavoro" mussoliniana e a Constituição polonesa, mas não chegaria a se organizar como um Estado fascista típico, jamais elaboraria uma ideologia formal consistente e sempre desprezaria a idéia de constituir um partido de massas oficial ou de militarizar seus simpatizantes. Até mesmo a crise do liberalismo seria vivida de maneira muito específica: não seria a crise de uma doutrina estabelecida e dominante (como nos vários países da Europa), mas de uma doutrina que jamais conseguira assumir forma coerente com seus pressupostos e se estruturara de maneira ambígua e conservadora.

Em suma, por mais que contasse o exemplo externo e fosse marcante a influência do totalitarismo europeu, a verdade é que a década de 30 seria, no Brasil, o resultado de um jogo de contradições determinado pelas condições históricas particulares do País, quer dizer, pela específica forma "prussiana" assumida pela revolução burguesa brasileira. As tendências e inflexões mundiais funcionariam, sobretudo, como fatores condicionantes, impulsionadores da plena explicitação dos elementos contidos na história nacional.

* Sobre a trajetória dos marxistas brasileiros (e particularmente do PCB), fortemente marcada pela hostilidade à especulação filosófica e ao trabalho teórico, bem como pela cristalização do "marxismo-leninismo", ver o belo livro de Leandro Konder, *A derrota da dialética* (2).

NOGUEIRA, M. A. – The thirties. **Perspectivas**, São Paulo, 11: 93-99, 1988.

ABSTRACT: *This paper pretends to recover The Thirties as a privileged moment of the brazilian history, where tradition and modernization, past and present are combined and integrated itself in a process that is captained by the state and that controls the popular participation.*

KEY-WORDS: "Estado Novo", transition, conservative modernization.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. CANDIDO, A. – A Revolução de 30 e a cultura. *Novos Estudos Cebrap*, nº 4, 1984.
2. KONDER, L. – *A Derrota de Dialética. A recepção das idéias de Marx no Brasil até o começo dos anos trinta*. Rio de Janeiro, Campus, 1988.
3. LIPPI OLIVEIRA, L. – As raízes da ordem: os intelectuais, a cultura e o Estado. In: *A Revolução de 30. Seminário Internacional*. Brasília, Ed. Univ. Brasília, 1983. p. 505-526.
4. MARTINS, L. – A Revolução de 1930 e seu significado político. In: *A Revolução de 30. Seminário Internacional*. Brasília, Ed. Univ. Brasília, 1983. p. 669-689.
5. NOGUEIRA, M. A. – *As Desventuras do Liberalismo: Joaquim Nabuco, a monarquia e a república*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.